

Doria quer usar escolas do Estado como creche

Secretários de Educação dizem que redes terão mesmos calendário, material e ciclos

Adriana Ferraz
Isabela Palhares

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito João Doria (PSDB) fecharam uma parceria para usar salas e espaços ociosos de escolas estaduais para a ampliação das vagas de creche da cidade. Ontem, em encontro conjunto, os tucanos anunciaram que as redes de ensino do Estado e do Município passarão a ter o mesmo calendário, material pedagógico e sistema de ciclos para o ensino fundamental (do 1.º ao 9.º ano). Prazos, custos e formatos não foram detalhados. Secretários, porém, falaram apenas em “compartilhar elementos”.

A intenção de ceder escolas estaduais à Prefeitura não é novidade. No final de 2015, durante a fracassada reorganização escolar, Alckmin chegou a anunciar que cederia 21 prédios para o Município ampliar sua oferta de vagas em creches. Essa proposta, no entanto, só levava em consideração escolas que não teriam mais alunos da rede estadual, ou seja, que ficariam sem uso. A nova proposta prevê agora a possibilidade de o Estado aceitar receber crianças e até bebês nos espaços compartilhados por alunos maiores.

O secretário de Educação da cidade de São Paulo, Alexandre Schneider, disse que algumas escolas estaduais têm terrenos grandes, onde poderiam ser construídas novas estruturas independentes para creches. Ele afirmou que escolas com salas ociosas podem ser reformadas para criar um espaço exclusivo para as crianças de 0 a 3 anos. A ideia, segundo Schneider, é que as crianças menores fiquem segregadas dos alunos do ensino fundamental. Os prédios teriam entradas separadas e equipes de direção independentes para cada etapa de ensino.

“O que a Prefeitura puder fazer para ampliar a vaga em creche, especialmente onde há maior demanda, deve ser feito. Temos de tentar”, disse Schneider. Doria tem como compromisso zerar a fila da creche até o fim do ano. Atualmente, segundo dados da administração, são necessárias 66 mil novas vagas. Ele já anunciou que transformará agências bancárias vazias em creches, sem detalhar como será a reforma desses prédios.

 **Facebook.**
Curta a página do **Metrópole**
facebook.com/metropoleestadao

José Renato Nalini, secretário de Educação do Estado, disse que ainda não há definição de quantas e quais escolas podem ter espaços ou salas cedidas para a Prefeitura, mas afirmou que a medida deve gerar economia para as duas redes. “Não faz sentido ter salas vazias em escolas, quando temos de pagar água, energia, vigilância para todo o prédio. Se houver o interesse da municipalidade, ela cuida das adaptações necessárias e pode compartilhar o pagamento das despesas.” Os secretários afirmaram que não há prazo para o compartilhamento dos prédios nem a definição de locais em que isso pode ocorrer.

Integração. A partir de 2018, segundo os secretários, os calendários das duas redes serão integrados. De acordo com Nalini, a ideia é facilitar a organização das famílias que eventualmente tenham filhos que estudam em escolas de redes diferentes. Eles também querem trabalhar para aprimorar o sistema de matrículas para evitar essas situações em uma mesma família.

Outra mudança estudada é integrar os ciclos do ensino fundamental, que hoje é dividido em três anos e tem regras diferentes em cada uma das redes, por exemplo, para a reprovação dos alunos. Segundo os secretários, ainda não há definição de como será feito o compartilhamento.

O Estado apurou que existe a possibilidade de o ensino fundamental ser dividido em quatro ciclos, não mais em três. Nalini e Schneider afirmaram que a integração será debatida com pais e professores. Sobre o material pedagógico e currículo, Schneider afirmou que “nada será unificado”, mas alguns “elementos” podem ser compartilhados. Já Nalini afirmou que a compatibilização deve ser feita de forma “natural” nos próximos anos com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular. As secretarias estudam ainda como comprar materiais escolares em conjunto para reduzir custos. “Temos as duas administrações orientadas para a mesma concepção de administração pública”, disse Nalini.



Juntos. Alckmin e Doria se reúnem com os 25 secretários estaduais e os 22 municipais

OUTRAS PARCERIAS ACERTADAS

● **Habitação e Cracolândia**
Obras de habitação na Cracolândia começam dia 19. Serão 1,2 mil unidades no centro por parceria público-privada (PPP) e outras 1,4 mil a partir de um investimento de R\$ 37 milhões do Casa Paulista. A PPP do Centro já estava acordada com Fernando Haddad (PT). Os governos ainda vão trabalhar de forma conjunta para acelerar regularização fundiária.

● **Saúde**
Doria poderá contar com o empréstimo de seis carretas para consultas ou exames pela cidade. Quatro delas serão usadas dentro do programa Doutor Consulta, que prevê atendimento médico preventivo, e as outras

duas servirão para reduzir a fila por mamografias na cidade. Alckmin ainda citou que os governos pretendem unificar os telefones de ambulância: 192 e 193.

● **Segurança**
Alckmin prometeu ampliar o alcance do sistema Detecta – programa de compartilhamento de imagens de trânsito e de segurança, alcançado 900 aparelhos – medida que também estava sendo tocada por Haddad.

● **Assistência social**
Parceria para ajudar na capacitação de moradores de rua.

● **Ambiente e saneamento**
Plantar 7 milhões de mudas de

árvores. O programa Córrego Limpo, antiga parceria entre Estado e Município, será retomado.

● **Transportes**
Estudos conjuntos para elaboração do Plano de Integração de Modais e do Sistema de Arrecadação Eletrônico.

● **Cidadania e Trabalho**
Os sete Centros de Integração da Cidadania, do Estado, abrigarão o programa da Prefeitura Trabalho Novo e outros serviços voltados para a periferia.

● **Gestão**
Haverá um “Poupatempo municipal, com vertente ao empreendedorismo”, anunciou Doria.



Mais caro. Maria Joelma teve de pagar a nova tarifa ao levar da zona leste o filho ao médico na zona oeste

Alckmin mantém aumento no metrô, apesar de decisão judicial

Governador diz que não foi notificado e recorreu ao TJ; oficial de Justiça afirma que foi ao Palácio, mas ninguém o atendeu

Adriana Ferraz
Fabio Leite
Luiz Fernando Toledo

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) manteve o reajuste de 14,8% na tarifa de integração entre ônibus e trilhos (metrô e trem) mesmo após uma liminar da Justiça ter barrado a medida na semana passada. Na ocasião, o juiz Paulo Furtado de Oliveira

Filho entendeu que o aumento do bilhete integrado de R\$ 5,92 para R\$ 6,80 como forma de compensar o congelamento da tarifa básica em R\$ 3,80 prejudicou os passageiros que moram na periferia e precisam pegar mais de uma condução em seus deslocamentos por São Paulo.

Alckmin ignorou a liminar concedida pelo magistrado na última sexta-feira alegando não ter sido notificado da liminar. Desde domingo, a Companhia do Metrô e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) estão cobrando mais caro seis modalidades de tarifas, incluindo os bilhetes tem-

porais. “Não houve nenhuma notificação. Portanto, não houve nenhuma exigência”, disse o governador ontem após reunião com secretários estaduais e municipais no Palácio dos Bandeirantes.

Em certidão anexada ao processo judicial, contudo, o oficial de Justiça João Carlos de Siqueira Maia relatou que foi até a sede do governo paulista, no bairro do Morumbi, zona sul da capital, às 17h20 de sexta-feira, para intimar Alckmin da decisão judicial, mas foi informado pelo assessor especial Pedro Henrique Giocondo Guerra que o governador “estava ausente, em agenda externa, sem pre-

visão de chegada”.

O funcionário da Justiça afirmou ainda que informou Guerra sobre o “inteiro teor do mandado e do deferimento da liminar” e que tentou “deixar a contrafé com o assessor”, mas que ele “não quis recebê-la” por orientação do procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos. Ele aguardou Alckmin até as 18 horas, mas o governador não retornou.

Na sexta-feira, a única agenda externa de Alckmin divulgada à imprensa foi às 10h30, em uma escola estadual no bairro do Aricanduva, zona leste. Às 16 horas, último compromisso previsto na agenda, Alckmin teve uma audiência com o presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas, Rui Altenfelder, no palácio. A assessoria do governador afirma que o tucano deixou o local “para um compromisso particular” às 16h40, ou seja, 40

Governador diz que não se recusou a receber intimação

● A assessoria do governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou, em nota, que o governador “não se recusou a receber” a intimação do oficial de Justiça sobre a liminar que barrou os reajustes das tarifas de transporte.

Segundo o texto, Alckmin não estava no Palácio dos Bandeirantes porque deixou a sede do governo às 16h40 de sexta-feira “para compromisso particular”.

O governo afirma que o assessor que atendeu o oficial “não tinha delegação para receber intimações em nome do governador e, de qualquer forma, não poderia fazê-lo, uma vez que o despacho na ação popular requeria a citação pessoal de Alckmin”.

Mesmo assim, diz, “de modo autônomo”, entraria ainda ontem com medida judicial para sustar os efeitos da suspensão do reajuste, que considera danosos ao interesse público. / F.L.

minutos antes da chegada do oficial de Justiça.

Recurso. Embora tenha afirmado que não foi notificado da decisão judicial até a noite de ontem, o governador Alckmin moveu à tarde uma medida cautelar para sustar os efeitos da liminar, que foi concedida após ação popular movida por deputados estaduais do PT. O recurso será julgado pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Paulo Dimas. Se ele acolher o pedido do governo o reajuste continuará em vigor até o julgamento do mérito no TJ.

Na petição, Alckmin alega que a suspensão do reajuste nos bilhetes integrado e temporais, que subiram até 35,7%, pode “ocasionar gravíssima lesão à ordem e à economia públicas”. Ainda segundo o governador, a decisão de aumentar o preço da integração e congelar a tarifa

básica foi tomada para prejudicar o menor número de usuários de transporte público.

De acordo com o secretário estadual de Transportes Metropolitanos, Clodoaldo Pelissioni, os reajustes afetam 49% dos passageiros de metrô (cerca de 2,2 milhões de usuários) e 37% (cerca de 1 milhão) dos passageiros da CPTM. No caso dos ônibus, será atingido 1,5 milhão de usuários, ou 25% do total. “Nós acreditamos que esse modelo é o melhor porque vai fazer com que a maioria da população ficará com a tarifa congelada”, disse Pelissioni à *Rádio Estadão*.

Surpresa. A manutenção do reajuste pegou passageiros de surpresa ontem na capital. Na Estação Pinheiros do Metrô, zona oeste da cidade, a diarista Ana Custódio da Silva, de 52 anos, diz que não recebe vale transporte e precisará economizar mais para dar conta das viagens de casa, em Embu Guaçu, Grande São Paulo, até o trabalho em Perdizes, zona oeste da capital. “Faço esse caminho três vezes por semana. Fica tudo mais caro. A gente vai pagando as contas, mas continua devendo”, conta.

Quem também se preocupou com a alta no valor da tarifa foi a desempregada Maria Joelma Nascimento, de 41 anos, que saiu de São Mateus, na zona leste, para fazer um tratamento com a filha de sete meses, Larissa, em um médico em Pinheiros. “É um absurdo. Já tenho que pegar cinco conduções pra ir e outras cinco pra voltar. E agora ainda pagar mais caro”.

O soldador Francisco Francellino Brito, de 48 anos, nem sabia do aumento e começou a contar o dinheiro quando foi abordado pela reportagem na fila da passagem no terminal de Pinheiros. “Subiu quando? Nem estava sabendo de nada”, disse. “O prefeito (João Dória) foi eleito prometendo não aumentar o valor da passagem, mas aí aumentam o valor da integração. Aí não adianta”, reclamou a aposentada Maria Lúcia Cardoso, de 52 anos.